

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.502.302 - PR (2014/0296541-8)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO TRABALHO
NO PARANÁ - SINJUTRA
ADVOGADO : JOSÉ LUIS WAGNER E OUTRO(S) - RS018097
ADVOGADA : LUCIANA GIL COTTA - RS043174

EMENTA

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. OCORRÊNCIA. ART. 3º DO DECRETO-LEI N. 2.322/1987. OMISSÃO RECONHECIDA.

1. O excerto do acórdão recorrido mencionado pela União nas razões do agravo interno não é capaz de suprir a omissão reconhecida na decisão agravada, porquanto não houve qualquer pronunciamento acerca da alegada controvérsia existente na ocasião da prolação da decisão rescindenda sobre questão exclusivamente infraconstitucional, nomeadamente a aplicabilidade do art. 3º do Decreto-Lei n. 2.322/1987.

2. A jurisprudência deste Tribunal Superior é firme no sentido de que a parte deve vincular a interposição do recurso especial à tese de violação do art. 535 do CPC/1973, quando, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, o Tribunal *a quo* mantém-se em não decidir questões que lhe foram submetidas a Superior Tribunal de Justiça julgamento, por força do princípio *tantum devolutum quantum appellatum*, ou, ainda, quando persista desconhecendo omissão ou contradição arguida como existente no *decisum*.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 03 de outubro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator